



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Gestão

RESOLUÇÃO SES Nº 9254, 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

Autoriza o repasse de recursos financeiros de investimento, na Política de Assessoramento e Gerenciamento de Políticas Públicas, destinados à aquisição de mobiliários, equipamentos e veículos administrativos aos municípios de Minas Gerais que menciona.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS, no uso da atribuição prevista no art. 93, § 1º, inciso III da Constituição do Estado de Minas Gerais, nos incisos I e II do art. 46 da Lei Ordinária Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019, e considerando

- a Constituição do Estado de Minas Gerais, em seu art. 160 e 160A;
- a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o §3º do art. 198, da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- a Lei Estadual nº 11.983, de 14 de novembro de 1995, que institui o Fundo Estadual de Saúde – FES – e dá outras providências;
- a Lei Estadual nº 24.218, de 15 de julho de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2023;
- a Lei Estadual nº 24.272, de 20 de janeiro de 2023, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2023;
- o Decreto Estadual nº 48.574, de 17 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2023;
- o Decreto Estadual nº 48.600, de 10 de abril de 2023, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;
- a Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº.05, de 24 de janeiro de 2020, que Regulamento do Cadastro Geral de Convenientes;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

a Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº.06, de 31 de março de 2020, que altera a Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº.05;

a Resolução SES/MG nº 8.691 de 19 de abril de 2023, que dispõe sobre as regras do Decreto Estadual nº 48.600 de 10 de abril de 2023; e

o Termo de Acordo FES, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Fazenda, Secretaria de Estado de Saúde e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a Associação Mineira de Municípios e o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais, assinado em 28 de outubro de 2021 e homologado no dia 08 de novembro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a transferência de recursos financeiros de investimento na Política de Assessoramento e Gerenciamento de Políticas Públicas, a título de incentivo, destinados à aquisição de mobiliários, equipamentos e veículos administrativos aos municípios de Minas Gerais que menciona.

§1º Os municípios beneficiados estão relacionados no Anexo II desta Resolução.

§ 2º A alocação de recursos para os beneficiários constantes do Anexo II desta Resolução condicionar-se-á atualização documental tempestiva do CAGEC, especificamente no que tange à comprovação da instituição e funcionamento do Fundo e Conselho Municipais de Saúde, e de elaboração do Plano Municipal de Saúde, em observância ao disposto no §2º, art.36 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e do parágrafo único, art. 22, da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

§3º Os recursos financeiros de que trata esta Resolução decorrem a título de recomposição de valores cancelados em 2022 aos Fundos Municipais detalhados no Anexo II desta Resolução, conforme Cláusula Oitava do Termo de Acordo FES assinado em 28 de outubro de 2021 e homologado no dia 08 de novembro de 2021.

Art. 2º Os recursos financeiros de que trata esta Resolução serão repassados pelo Fundo Estadual de Saúde, para os municípios beneficiários conforme Anexo II desta Resolução, em parcela única, conforme os valores constantes no Anexo II desta Resolução e após assinatura de Termo de Compromisso no Sistema de Gerenciamento de Resolução (SigRes), em consonância com o disposto no art.7º do Decreto Estadual nº 48.600/2023.

§1º A assinatura prevista no *caput* deste artigo deverá ocorrer no prazo de 07 (sete) dias corridos, a partir da disponibilização do Termo de Compromisso para assinatura, no SigRes.

§2º Os recursos financeiros transferidos serão movimentados em conta bancária específica em nome dos respectivos Fundos Municipais de Saúde.

§3º Os recursos de que trata esta Resolução, depois de transferidos, e enquanto não forem utilizados na finalidade a que se destinam, deverão ser aplicados, conforme o art. 13 do Decreto Estadual nº 48.600/2023.

§4º Os rendimentos provenientes de saldo de aplicação financeira devem ser utilizados na execução do objeto, nos termos desta Resolução.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Art. 3º Os beneficiários poderão adquirir apenas os mobiliários, equipamentos e veículos administrativos constantes no Anexo I desta Resolução, conforme ação orçamentária, nos termos da legislação vigente, e com especial atenção às diretrizes do Tribunal de Contas do Estado.

§1º O prazo para execução dos recursos financeiros repassados nos termos desta Resolução será de, no máximo, 36 (trinta e seis) meses, contados do efetivo recebimento do recurso pelo beneficiário.

§2º Os valores que não forem executados no prazo estabelecido deverão ser restituídos ao Fundo Estadual de Saúde, ao final da execução do termo, no ato da apresentação do processo de prestação de contas, controle e avaliação, nos termos do art. 12 do Decreto Estadual nº 48.600/2023.

§3º Os beneficiários deverão utilizar os itens adquiridos tão somente nas ações e serviços de saúde que se enquadrem na ação orçamentária 2500 – de Assessoramento e Gerenciamento de Políticas Públicas, indicada no Anexo I desta Resolução, devendo a execução ser comprovada para esse fim.

§4º Os itens adquiridos deverão ser utilizados, exclusivamente, para as atividades administrativas de ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, garantindo o fortalecimento e a melhoria do desempenho do SUS.

§5º Caso o custo para aquisição dos itens administrativos seja superior ao montante dos recursos financeiros transferidos pela SES/MG, a respectiva diferença no valor deverá ser custeada pelo próprio beneficiário.

§6º Caso o custo para aquisição dos itens administrativos seja inferior ao montante dos recursos financeiros transferidos pela SES/MG, incluindo rendimentos de aplicação financeira dos recursos em questão, a respectiva sobra de valor deverá ser restituída pelo beneficiário ao Fundo Estadual de Saúde.

Art. 4º A execução dos recursos deverá ser precedida de processo licitatório, ou de adesão a Atas de Registro de Preços de órgãos públicos, conforme artigo 17 do Decreto Estadual nº 48.600/2023.

Art. 5º A comprovação da aplicação e utilização dos recursos transferidos para a execução do objeto será realizada por meio dos procedimentos previstos no Decreto Estadual nº 48.600/2023, bem como pelo Relatório Anual de Gestão (RAG), previsto na Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e no Decreto Federal nº 1.651, de 28 de setembro de 1995.

Art. 6º O pagamento dos recursos detalhados no Anexo II desta Resolução ocorrerá no exercício financeiro de 2023.

§ 1º Cada beneficiário deverá selecionar dentre os mobiliários, equipamentos e veículos administrativos detalhados no Anexo I desta Resolução quais serão adquiridos com os valores apresentados no Anexo II.

§ 2º Após a assinatura da Ordem de Pagamento, o beneficiário deverá preencher e inserir, em até 30 dias, no Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde (SigRes) o Plano de Trabalho, conforme Anexo V desta Resolução, detalhando os itens adquiridos com o recurso transferido.

Art. 7º Sem prejuízo dos demais procedimentos de prestação de contas, controle e avaliação previstos nesta Resolução, no Decreto Estadual nº 48.600/2023 e na Resolução SES/MG nº 8.691/2023, a verificação da adequada aplicação dos recursos ao fim que se destina será realizada mediante a análise do cumprimento do objeto/indicador estabelecidos no Termo de Compromisso.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

§1º O indicador para verificação adequada dos recursos, de acordo com o Anexo III, será o número de itens detalhados no Plano de Trabalho adquiridos para o atendimento administrativo em saúde, no período disposto no art. 3º desta resolução.

§2º A meta consta no Anexo III desta Resolução.

§3º O beneficiário deverá adquirir tão somente os itens, conforme Anexo I desta Resolução.

§4º A comprovação da aquisição dar-se-á pela prestação de contas periódica, nos termos do §3º deste artigo, dentro do prazo de vigência previsto §1º, do art. 3º desta Resolução.

§5º Fica o beneficiário obrigado a preencher e inserir no Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde (SigRes), em até 90 (noventa) dias após o final de cada exercício financeiro, o Relatório Descritivo de Resultados, nos moldes do Anexo IV desta Resolução.

Art. 8º O beneficiário do incentivo financeiro de que trata esta Resolução estará sujeito:

I - à devolução imediata dos recursos financeiros repassados e não executados, acrescidos da correção monetária prevista em lei; e

II - às normas jurídicas aplicáveis no caso dos recursos financeiros executados parcial ou totalmente em desacordo com o objeto originalmente pactuado.

Art. 9º O beneficiário deverá inserir o nome e logomarca oficial do Governo de Minas Gerais no veículo adquirido, de acordo com o padrão do Manual de Identidade visual, disponível no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Governo – SEGOV – www.governo.mg.gov.br.

Art. 10º Fica assegurado à Auditoria Assistencial, à Auditoria Setorial e aos órgãos de controle externo da Administração Pública o pleno acesso aos documentos originados em decorrência da aplicação dos recursos desta Resolução, bem como a fiscalização in loco para averiguar a destinação dos bens adquiridos.

Art. 11º Os recursos financeiros de que trata essa Resolução totalizam o montante de R\$ 3.244.200,00 (três milhões, duzentos e quarenta e quatro mil e duzentos reais), com valores individualizados por beneficiário, nos termos do Anexo II desta Resolução.

Parágrafo único. Os recursos previstos no caput deste artigo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

4291.10.122.705.2500.0001 444542 10.1

Art. 12º Os prazos de que tratam esta Resolução serão contados em dias corridos.

Art. 13º O processo de prestação de contas deverá ser apresentado observando-se as disposições contidas no Decreto Estadual nº 48.600, de 10 de abril de 2023, e na Resolução SES/MG nº 8.691, de 19 de abril de 2023, ou Regulamento (s) que vier (em) a substituí-lo (s).

Art. 14º Além das disposições legais pertinentes, os municípios deverão seguir as orientações e normatizações da Secretaria de Estado de Saúde para a realização das ações previstas nesta Resolução e na execução dos recursos financeiros transferidos aos Fundos Municipais de Saúde.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Parágrafo único – Todas as informações prestadas para fins deste acompanhamento serão de inteira responsabilidade de seus declarantes, sujeitos às penalidades administrativas, civis e criminais quando constada a sua falsidade ou inverdade.

Art. 15º Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2023.

Fábio Baccheretti Vitor

Secretário de Estado de Saúde

ANEXO I DA RESOLUÇÃO SES Nº 9254, 20 DE DEZEMBRO DE 2023 DETALHAMENTO DE MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS ADMINISTRATIVOS			
ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	VALOR
VEÍCULO	Veículo 05 (cinco) lugares	Opção 1: BICOMBUSTÍVEL HIDRÁULICA OU ELÉTRICA 04 PORTAS MANUAL MINÍMA DE 2.370 MM 1.0 A 1.3 POSSUI POSSUI; Opção 2: BICOMBUSTÍVEL HIDRÁULICA OU ELÉTRICA 04 PORTAS MANUAL MINÍMA DE 2.370 MM 1.4 A 1.6 POSSUI POSSUI; Opção 3: BICOMBUSTÍVEL HIDRÁULICA OU ELÉTRICA 04 PORTAS AUTOMÁTICO MINÍMA DE 2.370 MM 1.4 A 1.6 POSSUI POSSUI.	R\$ 83.953,00
VEÍCULO	Veículo 07 (sete) lugares	VEÍCULO BICOMBUSTÍVEL DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA 04 PORTAS MANUAL OU AUTOMÁTICO DISTÂNCIA ENTRE EIXOS MINÍMA DE 2.600 MM MOTORIZAÇÃO 1.6 A 2.0 COM AR CONDICIONADO COM VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS	R\$ 160.000,00



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

MOBILIÁRIO/EQUIPAMENTO	Ventilador de Teto/ Parede/ mesa	COMPOSIÇÃO/ TIPO: Opção 1: 3 OU 4 PÁS/ PAREDE Opção 2: 3 PÁS/ TETO Opção 3: 4 PÁS/ TETO	R\$ 307,00
MOBILIÁRIO/EQUIPAMENTO	Webcam	WEBCAM (CONSUMO) - RESOLUCAO: 1280 X 720; INTERFACE: USB 2.0; MICROFONE: INTEGRADO; ALIMENTACAO: FONTE INTERNA;	R\$ 112,00
MOBILIÁRIO/EQUIPAMENTO	Longarina	LONGARINA - APLICACAO: SALA DE ESPERA; QUANTIDADE LUGARES: 03 LUGARES; ASSENTO/ENCOSTO: RESINA DE POLIPROPILENO; ESTRUTURA: ACO; PES: PONTEIRA DE ACABAMENTO EM POLIPROPILENO; CONTRA-ASSENTO: RESINA DE POLIPROPILENO; CONTRAENCOSTO: RESINA DE POLIPROPILENO;	R\$ 1.570,00

ANEXO II DA RESOLUÇÃO SES Nº 9254, 20 DE DEZEMBRO DE 2023 – BENEFICIÁRIOS E VALORES INDIVIDUAIS

MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO	VALOR POR MUNICÍPIO
ALÉM PARAÍBA	R\$ 84.700,00
ARAÇUAÍ	R\$ 25.000,00
BAEPENDI	R\$ 298.500,00
BONFINÓPOLIS DE MINAS	R\$ 47.200,00
BONITO DE MINAS	R\$ 93.800,00
CANDEIAS	R\$ 333.000,00
CARMO DO PARANAÍBA	R\$ 119.500,00
DIVINO	R\$ 98.000,00
ERVÁLIA	R\$ 92.000,00
FRANCISCO SÁ	R\$ 282.000,00
GOVERNADOR VALADARES	R\$ 4.600,00
IBITIÚRA DE MINAS	R\$ 7.600,00
INGAÍ	R\$ 339.550,00
ITAGUARA	R\$ 108.600,00
JOÃO PINHEIRO	R\$ 129.300,00
LAMBARI	R\$ 91.300,00